

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO
PROFIAP - MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AMANDA BERGAMINI AUGUSTIN

NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

VOLTA REDONDA
2022

AMANDA BERGAMINI AUGUSTIN

NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Políticas Públicas e
Desenvolvimento da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Administração Pública

Orientador: Prof. Dr. Ivan Carlin Passos

Volta Redonda, RJ
2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BAVR
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A923n Augustin, Amanda Bergamini
NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE / Amanda
Bergamini Augustin ; Ivan Carlin Passos, orientador. Volta
Redonda, 2022.
70 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Volta Redonda, 2022.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PGPPD.2022.mp.0801215790>

1. Educação Financeira. 2. Conhecimento Financeiro. 3.
Produção intelectual. I. Passos, Ivan Carlin, orientador.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Sociais. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

AMANDA BERGAMINI AUGUSTIN

NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração Pública

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivan Carlin Passos – UFF
Orientador

Prof. Dr. André Cantareli da Silva – UFF

Prof. Dr. Luiz Eduardo Gaio – UNICAMP

Volta Redonda
2022

*A Newton, Glaciane, João e Aline,
que caminharam comigo nessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos, que de certa forma, tornaram essa conquista possível.

Aos meus pais que, sendo chão, permitiram que eu voasse em direção aos meus sonhos. Aos meus tios, Augusto e Rose, tamanho seu papel na construção do meu ser. Ao João que, a despeito das mudanças da vida, seguiu me apoiando sem hesitar. E à Aline, garantindo toda a estabilidade e autoconhecimento necessários nessa jornada.

Agradeço a todo o corpo docente do Mestrado Profissional em Administração Pública por compartilharem sua experiência. Em especial ao Prof. Dr. Ivan Carlin Passos pela dedicação e apoio na orientação deste trabalho.

Aos integrantes da banca de qualificação e defesa, Prof. Dr. André Cantareli da Silva e Prof. Dr. Luiz Eduardo Gaio, cujas contribuições enriqueceram o estudo. E à Universidade Federal Fluminense por toda a estrutura e compromisso na disseminação e construção de conhecimento.

Obrigada, obrigada, obrigada.

“O único lugar onde a pobreza deve existir é em museus”

Muhammad Yunus

RESUMO

O cenário econômico vivenciado no Brasil ao longo da década de 90, marcado por altas taxas de inflação e instabilidade, bem como a sequente implantação do Plano Real evidenciaram a importância da educação financeira na sociedade brasileira. Tal importância passa não apenas pela necessidade de o indivíduo aprender a gerir sua renda, mas também aprender a poupar, evitar fraudes e altos níveis de endividamento. Diante desse contexto, o presente estudo analisou o nível de conhecimento financeiro básico dos alunos de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Campus Volta Redonda, bem como verificou a influência de fatores sociais e demográficos no resultado. Foi aplicado um questionário desenvolvido pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com temas financeiros básicos, tais como: juros, risco, valor do dinheiro no tempo e inflação. Os resultados indicaram um nível de conhecimento financeiro consideravelmente acima da média dos países pesquisados pela OCDE, o que se justifica pelas características da amostra, tendo em vista que o presente estudo focou em indivíduos cursando o ensino superior. Além disso, verificou-se uma possível influência do fator gênero no nível de conhecimento financeiro, havendo a necessidade de estudos posteriores tanto para comprovar tal influência quanto para verificar a influência de outros fatores sociais e demográficos, o que se mostrou inconclusivo na amostra analisada.

Palavras-chave: educação financeira, alfabetização financeira, conhecimento financeiro, educação, estudantes universitários

ABSTRACT

The economic scenario in Brazil in the 90s, with instability and high inflation rates, followed by the implementation of the Plano Real pointed for the importance of financial education. In this scenario, the individuals should be prepared to manage their income, save money, avoid financial fraud and high debt rates. Within this context, the following study aimed to analyse the level of financial knowledge of the accountancy students of the Universidade Federal Fluminense – Volta Redonda campus, as well as identify a possible influence of social and demographic factors in the financial knowledge level. To measure the knowledge level, a quiz developed by the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) had been applied. Results indicated a financial knowledge level among accountancy students high above those identified by OECD in its statistics. This event can be explained once OECD statistics consider not only university students. Besides, it had been identified a possible influence of gender in the level of financial knowledge. Further analyses are necessary to verify the influence as well as identify the influence of other social and demographic factors.

keywords: financial education, financial literacy, financial knowledge, education, university student

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Métricas de Alfabetização financeira, p. 26

Tabela 2 – Índice de alfabetização financeira e número de entrevistados, por país, p. 30

Tabela 3 – Percentual de acertos (%) em conhecimento financeiro, por país, por questão, p. 32

Tabela 4 – Notas em conhecimento financeiro, por país, p. 34

Tabela 5 – Nível de acerto, por questão, p. 41

Tabela 6 – Resultados da Regressão Múltipla, p. 42

Tabela 7 – Tolerância e fatores de inflação da variância (VIF), p. 42

Tabela 8 – Estatísticas de resíduos, p. 43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dispersão dos resíduos do modelo, p. 43

Gráfico 2 – Acertos de homens, por questão, p. 44

Gráfico 3 – Acertos de mulheres, por questão, p. 45

Gráfico 4 – Respostas corretas por idade, por questão, p. 53

Gráfico 5 – Respostas corretas por raça, por questão, p. 53

Gráfico 6 – Respostas corretas por renda, por questão, p. 53

LISTA DE SIGLAS

OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
CNC	Confederação Nacional do Comércio
ICHS	Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense
UFF	Universidade Federal Fluminense
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
FED	<i>Federal Reserve</i>
DWP	<i>Department for Work and Pensions</i>
FSA	<i>Financial Services Authority</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
B3	Bolsa de Valores de São Paulo
INFI	Instituto Febraban de Educação
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
COREMEC	Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
CONEF	Comitê Nacional de Educação Financeira
GAP	Grupo de apoio pedagógico
CNE	Conselho Nacional de Educação
TCT	Tema Contemporâneo Transversal
INFE	<i>International Network on Financial Education</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA	17
2.1.1. Definição	17
2.1.2. Iniciativas de educação financeira ao redor do globo	18
2.1.3. Iniciativas de educação financeira no Brasil	21
2.1.4. Documentos oficiais que abordam a educação financeira	23
2.1.5. Educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular	25
2.2. ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA	26
2.2.1. OCDE, INFE e nível de alfabetização financeira	27
2.2.2. Conhecimento financeiro: um dos pilares da educação financeira	32
2.2.3. Questionário OCDE sobre conhecimento financeiro	36
2.2.4. Conhecimento financeiro na América Latina.....	37
3. METODOLOGIA	39
3.1. POPULAÇÃO PESQUISADA.....	39
3.2. TIPO DE PESQUISA	40
3.3. AMOSTRA E PROCEDIMENTO PARA COLETA DOS DADOS.....	40
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	42
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA.....	42
4.2 ANÁLISE MULTIVARIADA	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO	52
APÊNDICE B – FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS CORRETAS, POR QUESTÃO.....	52
APÊNDICE C – FREQUÊNCIA DE RESPOSTAS CORRETAS POR QUESTÃO, POR VARIÁVEL INDEPENDENTE	53
APÊNDICE D – PRODUTO TÉCNICO-TECNOLÓGICO.....	56

1. INTRODUÇÃO

No início dos anos 90, a economia brasileira apresentava altas taxas de inflação, com aumento elevado no preço dos produtos e momentos de instabilidade. Foi apenas com a implantação do Plano Real, ao longo da década, que a estabilização econômica no país foi retomada. A população brasileira, então, pouco a pouco viu seu poder de consumo aumentar (LIMA *et al.*, 2016)

Para Savoia, Saito e Santana (2007), o foco no curto prazo é uma das principais características de ambientes com altas taxas de inflação. Nesse cenário, visando defender o seu poder aquisitivo e patrimônio, os indivíduos tendem a tomar decisões imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. O consumo é priorizado e as decisões de poupança passam a ocupar um segundo plano.

Contudo, chegada a estabilidade, tais premissas são amenizadas e os prazos progressivamente ampliados. A poupança e os ativos financeiros passam a ser valorizados em relação a bens reais, tais como móveis e terras. Trata-se de um processo lento, repleto de aprendizados, onde o indivíduo passa a adotar uma nova gestão financeira do seu patrimônio pessoal.

Com a estabilidade, o acesso ao crédito também foi ampliado (LIMA *et al.*, 2016). Segundo Soares (2001), o crédito a pessoas físicas, que antes do Plano Real apresentava uma participação constante — cerca de 2%, passou a compor 8% do crédito total concedido no país após 1994. A partir de 1999, houve outro salto, chegando a 15% do total.

Os anos que se seguiram também foram marcados pela expansão do crédito, com o governo incentivando sua ampliação a fim de impulsionar o crescimento do país. O objetivo final era incentivar o consumo de bens e serviços e aumentar, dessa forma, a produção.

No entanto, além do consumo das famílias, sozinho, não ser capaz de estimular a produção, tal medida também contribuiu para o aumento da inadimplência, pois a população não se encontrava preparada para dimensionar o nível de comprometimento de seu orçamento (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

Em 2020, por exemplo, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, cerca de 66,3% das famílias brasileiras apresentavam algum tipo

de endividamento, comparado com 65,6% em 2019. Também em 2020, 11,2% das famílias também alegaram não ter condições de pagar seus endividamentos (CNC, 2020).

Nesse contexto de valorização da poupança, aumento do crédito e endividamento entre os brasileiros, ganha destaque a importância da educação financeira, a qual foi definida por Savoia, Saito & Santana (2007) como:

Um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007, p. 1122)

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004), a educação financeira é importante não apenas para auxiliar os indivíduos a orçar e gerir sua renda, mas também para poupar, investir e evitar que sofram fraudes.

Já segundo Lucci *et al.* (2006), a importância da educação financeira também pode ser vista sob a ótica do bem-estar pessoal, tendo em vista que as decisões financeiras tomadas por jovens e adultos podem comprometer seu futuro. As consequências vão desde a desorganização das contas domésticas até a inclusão de dados em sistemas de proteção ao crédito, prejudicando tanto o consumo como, possivelmente, a vida profissional.

Tendo em vista o aumento da importância da educação financeira entre os jovens, adultos e governos, bem como sua capacidade de influenciar nas decisões futuras e bem-estar da população, o presente estudo propõe responder o seguinte questionamento: **qual o nível de conhecimento financeiro básico dos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense do campus de Volta Redonda – R.J.?**

Para tal, o estudo se apoiou em um questionário desenvolvido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), capaz de medir o nível de conhecimento em conceitos básicos de educação financeira, tais como valor do dinheiro no tempo, risco e juros. Também foi levantado o perfil social e demográfico dos alunos, com o intuito de identificar possíveis fatores de influência no nível de conhecimento financeiro.

Quanto aos objetivos específicos que nortearam a pesquisa:

(i) Medir o nível de conhecimento financeiro básico dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense do campus de Volta Redonda – RJ;

(ii) Identificar se o perfil social e demográfico de tais alunos influencia no nível de conhecimento financeiro básico.

A importância do presente estudo advém não apenas do impacto da educação financeira no bem-estar pessoal dos indivíduos, conforme levantado por Lucci *et al.* (2006), mas também vai de encontro ao preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a incluir, a partir de 2020, a educação financeira como tema interdisciplinar.

A BNCC é o documento responsável por definir as principais diretrizes da educação básica brasileira. Para ela, a educação deve promover o desenvolvimento global dos estudantes, tornando-os capazes de contribuir com a construção de uma sociedade igualitária, ética e sustentável (BONIM, 2021).

A educação financeira, nesse contexto de desenvolvimento global dos estudantes, é vista pela BNCC como um tema transversal, ou seja, como um conteúdo interdisciplinar na grade estudantil. Juntamente com temas como educação ambiental e no trânsito, por exemplo, ela é entendida como capaz de auxiliar o estudante a lidar com questões emocionais, culturais, tecnológicas, socioambientais, criativas, entre outras (BONIM, 2021).

Ademais, considera-se relevante entender o atual nível de conhecimento financeiro dos alunos de graduação da Universidade Federal Fluminense, de modo que, se necessário, sejam criadas políticas e medidas de incentivo à educação financeira. Pois “ninguém, qualquer que seja sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos” (MARTINS, 2004, p. 56).

O presente estudo foi estruturado em cinco partes, sendo a primeira a introdução na qual o tema é contextualizado, bem como o problema de pesquisa e objetivos específicos apresentados. A segunda parte conta com uma revisão de literatura, abordando os principais aspectos relacionados ao tema. Na sequência é apresentada a metodologia utilizada na pesquisa. Já na quarta etapa, são detalhados os resultados do estudo. A quinta etapa, por fim, trouxe as conclusões da pesquisa, considerações e sugestões para pesquisas futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As seções a seguir trarão os principais aspectos envolvendo a educação financeira, iniciando pela definição do termo, seguida pelo mapeamento das principais iniciativas de educação financeira no mundo e no Brasil. Na sequência, serão abordados instrumentos de medição da alfabetização financeira, com maior destaque para o conhecimento financeiro, uma das frentes a qual compõe o nível de alfabetização. Por fim, serão apontados os resultados obtidos pela mais recente pesquisa feita pela OCDE sobre o nível de alfabetização financeira de diversos países ao redor do globo.

2.1. Educação financeira

2.1.1. Definição

Para Jacob *et al.* (2000), a educação financeira pode ser entendida como o conhecimento e a habilidade necessários para entender conceitos e produtos financeiros, refletindo-os em comportamentos saudáveis. Faz parte da educação financeira a compreensão de termos como: poupança, juros, orçamento, seguros, crédito e empréstimos, além do funcionamento das instituições financeiras.

Ainda, de acordo com Jacob *et al.* (2000), a educação financeira compõe o conhecimento mínimo necessário para que o indivíduo participe da economia de modo eficiente, tomando decisões racionais e benéficas tanto no curto quanto no longo prazo. A educação financeira, para os autores, é uma ferramenta crítica principalmente para as famílias de baixa renda, pois representa um grande instrumento de auxílio na melhoria das condições de vida.

A OCDE (2004), por sua vez, define educação financeira como o processo mediante o qual o indivíduo melhora sua compreensão em relação a conceitos e produtos financeiros, de modo que ele possa desenvolver os valores e as competências necessários para se tornar mais consciente das oportunidades e riscos envolvidos em cada situação, bem como para fazer melhores escolhas e buscar as informações necessárias.

Savoia, Saito & Santana (2007), destacam, ainda, os riscos associados à falta de conhecimento financeiro, o que pode ocasionar: (i) atraso na construção de previdência; (ii) dificuldade em tomar decisões assertivas de investimento, consumo e poupança; e (iii) insegurança em relação ao risco associado a investimentos. O atraso construção de uma poupança, em especial, pode ser bastante prejudicial, tendo em vista a necessidade de que o indivíduo cada vez mais seja responsável pela sua aposentadoria.

2.1.2. Iniciativas de educação financeira ao redor do globo

Segundo Holzmann e Miralles (2005), iniciativas visando a educação financeira da população se encontram em maior estágio de desenvolvimento em países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, bem como em alguns países da América Latina e Europa Central. Após reformularem seus sistemas previdenciários, ficou ainda mais clara a importância do tema e, desde então, essas nações vêm promovendo inúmeros programas, treinamentos e estudos associados à educação financeira.

De acordo com Bernheim, Garret & Maki (1997), até 1985 cerca de 60% dos estados americanos já haviam incluído a educação financeira como conteúdo obrigatório nas escolas secundárias, visando, dessa forma, auxiliar os jovens no início da vida adulta. Além disso, as instituições governamentais americanas também têm direcionado especial atenção ao tema, visando proporcionar e garantir um maior conhecimento financeiro à população.

O *Federal Reserve* (Banco Central Norte Americano), por exemplo, vem atuando de forma bastante ativa no levantamento de informações sobre as iniciativas de educação financeira no país (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007). Dentre as ações tomadas pelo *Fed* (*Federal Reserve*), vale destacar o *Jump Coalition for Personal Financial Literacy*, responsável por avaliar o conhecimento financeiro dos alunos no ensino médio.

Além disso, merecem destaque os cursos e informações disponibilizados por instituições como o *Federal Reserve Bank of Chicago*, *Federal Reserve Bank of San Francisco* e o *Federal Reserve Bank of Philadelphia*, os quais têm disseminado conceitos básicos sobre educação financeira e divulgado informações úteis aos consumidores.

Ainda no âmbito do governo, vale também destacar as ações tomadas pelo senado norte-americano, que tem realizado audiências sobre educação financeira, e pelo Tesouro

Nacional, responsável por fundar o *Office of Financial Education* (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

As ações tomadas por instituições financeiras privadas nos Estados Unidos também não têm passado despercebidas. De acordo com Worthington (2006), cerca de 98% dos bancos norte-americanos financiavam projetos de educação financeira em 2003, sendo que 72% haviam desenvolvido programas de sua autoria.

Por fim, quando se trata de terceiro setor, merece destaque a *National Endowment for Financial Education (Nefe)*, que tem como objetivo auxiliar a população a obter informações e desenvolver competências em educação financeira.

Mesmo com os esforços acima citados, estudos indicam ainda haver espaço para desenvolvimento da educação financeira nos Estados Unidos. Uma pesquisa realizada por Avard *et al.* (2005) na *Texas A&M University*, por exemplo, aplicou, entre alunos do primeiro ano de graduação, um questionário com 20 questões sobre conhecimento financeiro. Cerca de 92% dos alunos, de acordo com os pesquisadores, tiveram aproveitamento abaixo de 60%. Já a média de acerto, vale também destacar, foi de 34,8%. Para Avard *et al.* (2005), os resultados indicam que o ensino de nível médio não é capaz de prover conhecimentos sobre finanças, havendo a possibilidade de as universidades suprirem essa lacuna.

Em outra pesquisa, Chen & Volpe (1998) verificaram que os alunos de 924 universidades acertaram, em média, 53% das questões envolvendo conhecimentos financeiros. Os autores concluíram, com base em sua pesquisa e em estudos realizados nas últimas décadas, que existe uma falha no sistema educacional no que diz respeito à educação financeira, seja nas escolas ou nas universidades, tendo o potencial de afetar as escolhas futuras dos estudantes.

No Reino Unido, por sua vez, a educação financeira é facultativa nas escolas desde 2001. Ou seja, não possui status de disciplina e seus conceitos são abordados em diferentes cursos, tais como matemática e educação cívica (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

No campo governamental, merece destaque o *Department for Work and Pensions (DWP)*, que visa criar e incentivar políticas de educação financeira a serem aplicadas nas escolas e universidades, auxiliando a população na gestão dos próprios recursos.

Assim como nos Estados Unidos, empresas do setor privado também têm empregado esforços no incentivo da educação financeira, tais como o *Royal Bank of Scotland*, *Barclays* e o *Lloyds Bank*.

Já, em se tratando de terceiro setor, vale destacar a atuação da (FSA), uma organização que visa proteger os consumidores, combater o crime financeiro e divulgar conceitos ligados a finanças. A FSA tem desenvolvido projetos, principalmente entre jovens, com o objetivo de ensinar sobre aposentadoria, empréstimos e aplicações financeiras (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

Preocupações envolvendo a educação financeira também chegaram à OCDE, que, em 2003, criou o *Financial Education Project* com o intuito entender a educação financeira em seus países-membros e propor programas de incentivo (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

O projeto resultou em um relatório segundo o qual, apesar dos já existentes esforços para desenvolver a educação financeira entre a população, ainda existem obstáculos para o sucesso dos programas, tais como o orçamento investido e a própria dificuldade da população em compreender os benefícios da educação financeira (OCDE, 2004). Por fim, a OCDE desenvolveu e recomendou alguns princípios que devem nortear a educação financeira, conforme abaixo (OCDE, 2004):

1. A educação financeira deve ser promovida de forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares;

2. Os programas de educação financeira devem focar nas prioridades de cada país. Ou seja, devem se adequar à realidade nacional, podendo incluir em seu conteúdo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos próximos da aposentadoria devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses;

3. O processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país como um instrumento para o crescimento e estabilidade

econômica, tendo um papel complementar na regulamentação do sistema financeiro e leis de proteção ao consumidor;

4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, sendo parte integrante das práticas de relacionamento com os clientes. É importante que as instituições financeiras ofereçam informações financeiras que estimulem a compreensão de decisões, principalmente em negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda dos consumidores;

5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam;

6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão e capacitação financeira. Além disso, precisam ser criados sites específicos, com informações gratuitas e de utilidade pública;

7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente;

8. É importante que as instituições financeiras certifiquem que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, principalmente quando relacionadas a negócios de longo prazo ou serviços financeiros com consequências relevantes;

9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, em aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como poupança e aposentadoria, endividamento e contratação de seguros;

10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos e sendo elaborados da forma mais personalizada possível.

2.1.3. Iniciativas de educação financeira no Brasil

Para Cordeiro, Costa & Silva (2018), a educação financeira é um tema relativamente recente no Brasil, mas de grande importância para a construção de uma sociedade preparada para enfrentar os desafios do dia a dia. O Banco Central do Brasil (BACEN) desenvolve algumas ações de educação financeira com o intuito de orientar a população e contribuir para

uma maior compreensão de assuntos financeiros e da importância do planejamento pessoal. São exemplos de algumas ações desenvolvidas pelo BACEN:

- (i) Curso para gestão de finanças pessoais;
- (ii) Projeto Museu-Escola, que monitora visitas ao museu do BACEN;
- (iii) Projeto Museu vai à Escola, que leva palestras às escolas do Distrito Federal
- (iv) Projeto Banco Central e Universidades, com palestras oferecidas por servidores do BACEN aos estudantes universitários, visando esclarecer dúvidas profissionais

No entanto, para Savoia, Saito e Santana (2007), tais ações pouco atingem o público adulto, principal usuário de serviços financeiros. Também há, segundo os autores, uma lacuna no que tange a existência de uma “regulamentação que exija o fomento da educação financeira por parte de bancos e outras instituições financeiras” (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007, p. 1135). Como consequência, constata-se um baixo número de programas de educação financeira desenvolvidos por instituições privadas. A maioria das iniciativas são encabeçadas por órgãos reguladores e de suporte.

No site da Comissão de Valores Mobiliários, por exemplo, é possível encontrar cartilhas e cursos sobre finanças pessoais e investimentos. Para a CVM, seu papel como instituição também consiste em esclarecer aos investidores seus deveres e direitos, além de trazer mais clareza sobre os riscos envolvidos em cada investimento (CVM, 2021).

A Bolsa de Valores de São Paulo, por sua vez, atualmente conhecida como B3, possui um hub inteiramente voltado para a Educação Financeira. Nele, o usuário tem acesso a cursos e certificados sobre finanças pessoais, mercado financeiro, além de informações básicas para começar a investir na bolsa de valores (B3, 2021).

Enquanto a Febraban, por meio do INFI (Instituto Febraban de Educação), oferece cursos técnicos direcionados a bancos (Febraban, 2021), a Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID) difunde informações sobre investimentos pessoais, produtos financeiros e o mercado de capitais brasileiro, principalmente através do portal Como Investir (ANBID, 2021).

E o Serasa, por fim, através do Serasa Ensina, promove cursos gratuitos sobre orçamentos, produtos financeiros, crédito e renda extra (Serasa, 2021).

2.1.4. Documentos oficiais que abordam a educação financeira

O embrião da educação financeira no país pode ser associado à criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), por meio do decreto 5.685 de 25 de janeiro de 2006. O Coremec, por sua vez, por meio da deliberação nº 3, de 31 de maio de 2007, criou um Grupo de Trabalho voltado para a construção de uma Estratégia Brasileira de Educação Financeira. Em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma “Estratégia Brasileira de Educação Financeira”. (BRASIL, 2007)

As atribuições do Grupo de Trabalho incluíam:

(i) Definir o público-alvo a ser atingido, com suas respectivas segmentações por faixa etária, escolaridade, renda, atividade, entre outros;

(ii) Definir os objetivos a serem priorizados, tais como crescimento do mercado, inclusão financeira e proteção, por exemplo;

(iii) Definir as áreas de desenvolvimento a serem priorizadas: finanças pessoais, poupança, crédito, financiamento habitacional, entre outras.

Com esses primeiros passos, o Coremec e seu Grupo de Trabalho deram um grande salto rumo à propagação da educação financeira no país (CORDEIRO, COSTA & SILVA, 2018).

A Estratégia Brasileira de Educação Financeira, desenvolvida pelo Grupo de Trabalho, foi consolidada no início de 2008, por meio da deliberação nº 5. Seus objetivos constam no artigo 2º:

Art. 2º Ficam definidos como objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira:

I - Promover e fomentar a cultura de educação financeira no país;

II - Ampliar o nível de compreensão do cidadão para efetuar escolhas conscientes relativas à administração de seus recursos; e

III - Contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e capitalização (BRASIL, 2008).

Já, no artigo 3º, podemos encontrar as diretrizes que a norteiam:

- I - Programa de estado, de caráter permanente;
- II - Ações de interesse público;
- III - Âmbito nacional (BRASIL, 2008)

Para Cordeiro, Costa & Silva (2018), o Grupo de Trabalho e a estratégia desenvolvida tornaram a educação financeira mais palpável e propiciaram maior certeza no caminho a ser trilhado na tentativa de educar financeiramente os indivíduos.

Com o intuito de garantir a permanência e o fortalecimento dos avanços acima citados, foram estabelecidos, em 2010, por meio do decreto nº 7.397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e o Grupo de Apoio Pedagógico (GAP). Sobre a ENEF:

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2010)

No que diz respeito às diretrizes da ENEF, podemos destacar:

Art. 2º A ENEF será implementada em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - Atuação permanente e em âmbito nacional;
- II - Gratuidade das ações de educação financeira;
- III - Prevalência do interesse público;
- IV - Atuação por meio de informação, formação e orientação;
- VI - Formação de parcerias com órgãos e entidades públicas e instituições privadas (BRASIL, 2010)

Segundo Cordeiro, Costa e Silva (2018), tais diretrizes contribuíram para que fosse mais fácil abranger grande parte da população, independentemente de sua classe social, raça ou crença. O decreto nº 7.397, por fim, foi revogado pelo decreto nº 10.393, em 9 de junho de 2020.

2.1.5. Educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento normativo responsável por definir o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas da educação básica. A BNCC visa garantir a formação humana integral do indivíduo e, dessa forma, construir uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. As diretrizes definidas na BNCC contribuirão para o alinhamento de políticas e ações referentes à formação de professores, avaliação e produção de conteúdo nas escolas (MEC, 2018).

O início da elaboração da BNCC remete ao ano de 2014, com a primeira versão finalizada em 2015. No ano seguinte uma nova versão foi concluída e, em 2017, o documento final foi encaminhado ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No CNE, o documento passou por alguns ajustes, tendo a homologação dos textos referentes ao Ensino Infantil e Fundamental ocorrido em dezembro do mesmo ano (GIORDANO, ASSIS & COUTINHO, 2019). No documento promulgado em 2017, é perceptível uma maior preocupação no que diz respeito à educação financeira logo no texto introdutório:

[...] Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas destacam-se: [...] educação financeira [...] (MEC, 2018, p. 19-20)

Conforme observado acima, a educação financeira entra na BNCC como um Tema Contemporâneo Transversal (TCT), ou seja, um tema capaz de explicitar a ligação entre diferentes componentes curriculares de forma integrada, além de fazer conexão com situações vivenciadas na realidade dos estudantes (MEC, 2019). Já no que diz respeito ao conteúdo a ser discutidos, a BNCC faz algumas sugestões: taxa de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos (MEC, 2018).

A prévia da BNCC para o Ensino Médio, por sua vez, foi entregue ao CNE em 2018, passando a ser discutida em audiências públicas. A versão final foi aprovada em dezembro do mesmo ano, quando o Brasil passou, então, a ter uma Base com as diretrizes de aprendizagem para toda a Educação Básica. Para Giordano, Assis e Coutinho (2019), a construção e

implantação da BNCC ao longo dos últimos anos foi um fator primordial e será capaz de impulsionar e ampliar ações educativas visando a promoção da educação financeira no Brasil.

2.2. Alfabetização Financeira

A alfabetização financeira é um conceito mais amplo, que vai além da educação financeira. De modo geral, enquanto a educação financeira tem como foco principal o conhecimento, a alfabetização também leva em conta o comportamento e a atitude dos indivíduos (POTRICH, VIEIRA & KIRCH, 2017).

Para a OCDE (2004), a alfabetização financeira é formada por três frentes: conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro. Huston (2010) segue uma linha semelhante, afirmando que a alfabetização financeira é formada por duas dimensões: o conhecimento financeiro pessoal (educação) e sua utilização (aplicação) na gestão das finanças pessoais.

Medir a alfabetização financeira, contudo, tem sido um desafio entre os estudiosos. De acordo com Potrich, Vieira e Kirch (2017), ainda não há no meio acadêmico um consenso sobre os melhores instrumentos para mensuração da alfabetização financeira. Para os autores, é difícil explorar e compreender como as pessoas processam informações financeiras e tomam decisões baseadas no seu conhecimento. A literatura, então, vem caminhando para um conceito multidimensional, pois um único construto seria insuficiente para medir todas as dimensões envolvidas.

Nesse contexto, diversos modelos têm sido propostos, conforme levantado por Potrich, Vieira e Kirch (2017):

Tabela 1 - Métricas de alfabetização financeira

Autores	Número de questões	Principais aspectos
Chen & Volpe (1998)	36	Poupança, empréstimos, seguros e investimentos
Shockey (2002)	40	Atitudes financeiras, comportamentos financeiros e conhecimento sobre gastos, dívida, gerenciamento do dinheiro, poupança e investimento

Matta (2007)	20	Gestão financeira, crédito pessoal, consumo e investimento e poupança
Rooij, Lusardi & Alessie (2011)	16	Conhecimento básico (habilidades numéricas, inflação, juros simples, juros compostos e o valor do dinheiro no tempo) e conhecimento avançado (ações, títulos, fundos mútuos, diversificação, risco e retorno)
O'Neill & Xiao (2012)	20	Orçamento, gasto e poupança
Mel, McKenzie & Woodruff (2008); Lusardi & Mitchell (2011); Sekita (2011); Alessie <i>et al.</i> (2011); Klapper & Panos (2011); Brown & Graf (2013); Beckmann (2013)	3	Taxa de juros, inflação e diversificação de risco
Lusardi & Mitchell (2011); Robb, Babiarz & Woodyard (2012); Knoll & Houts (2012); NFCS (2013)	5	Taxa de juros, inflação, diversificação de risco, preços de títulos e hipotecas
Atkinson & Messy (2012); OCDE (2013)	19	Juros, inflação, retorno, preços, risco, produtos financeiros, despesas, orçamento familiar, poupança, empréstimos e consumo financeiro
Klapper, Lusardi & Panos (2013)	4	Juros simples, juros compostos, inflação e descontos de vendas

Fonte: POTRICH, VIEIRA & KIRCH (2017)

Os autores refletem que a falta de um conjunto padronizado de medidas da alfabetização financeira não impediu o desenvolvimento de um significativo número de métricas. Porém, para eles, ainda é necessário buscar um modelo capaz de mensurar de forma eficaz o nível de alfabetização financeira em todas as suas dimensões.

2.2.1. OCDE, INFE e nível de alfabetização financeira

Em 2008, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou a *International Network on Financial Education* (INFE) visando facilitar a troca de experiências, conhecimento e dados sobre educação financeira em todo o mundo. A INFE é constituída por membros de 125 países e supervisionada por um Conselho formado por

bancos centrais, ministros da educação, economia e outras autoridades do setor (OCDE, 2020). Seus objetivos são:

- (i) Coletar e comparar dados de seus países-membros;
- (ii) Desenvolver metodologias capazes de avaliar o nível de educação e alfabetização financeira dos indivíduos;
- (iii) Compartilhar experiências e boas práticas;
- (iv) Desenvolver pesquisas e análises comparativas;
- (v) Desenvolver instrumentos e políticas visando o desenvolvimento econômico;
- (vi) Promover a implementação e o monitoramento de políticas visando o desenvolvimento econômico.

A atuação recente da OCDE/INFE pode, ainda, ser classificada em quatro grupos de trabalho:

- I - Definição, implementação e avaliação de padrões e métricas;
- II - Educação financeira e o impacto da digitalização;
- III - Educação financeira no ambiente de trabalho;
- IV - Impacto do envelhecimento da população e novas necessidades de consumo

Recentemente, a falta de padrões e dados internacionais, somadas ao pedido de diversos países para a criação de uma medida robusta de alfabetização financeira, levaram a OCDE e o INFE a desenvolverem um instrumento de pesquisa capaz de capturar o nível de alfabetização de pessoas de diversos países (POTRICH, VIEIRA & KIRCH, 2017).

O instrumento desenvolvido é composto por um questionário capaz de medir as três frentes que compõem a alfabetização financeira, segundo a OCDE: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira. A pontuação máxima a ser obtida é de 21 pontos. Atingir tal pontuação sugere que o indivíduo não apenas possui um conhecimento básico em finanças, como também é capaz de aplicá-lo no seu dia-a-dia.

A mais recente pesquisa dirigida pela OCDE, ocorrida em 2020, trouxe alguns dados relevantes (OCDE, 2020):

(i) A pesquisa foi aplicada em 26 (vinte e seis) países distribuídos entre Ásia, Europa e América Latina. 12 (doze) das 26 nações são membros da OCDE;

(ii) A média de acerto foi de 12,7 pontos ou 61% do máximo, o que, de acordo com a entidade, representa um nível médio de conhecimento e comportamento financeiro. A média dos países-membros é ligeiramente superior: 13 pontos ou 62% do máximo;

(iii) A maior pontuação foi atingida por Hong Kong, com 14,8 pontos (71% do máximo) e a menor pontuação foi a da Itália, com 11,1 pontos (53% do máximo). A grande maioria dos países (15) atingiram entre 12 e 14 pontos;

(iv) As pontuações atingidas, segundo a OCDE, sugerem que há oportunidades de melhorias nas três frentes de avaliação da alfabetização financeira:

Conhecimento: a média de acertos entre todos os entrevistados foi de 63%. Contudo, alguns dados surpreenderam, como o fato de que apenas 26% dos adultos responderam corretamente questões sobre juros simples e compostos. Além disso, apenas 17% dos adultos entrevistados classificaram seu próprio conhecimento como avançado. Ao passo que 53% indicaram possuir um conhecimento mediano e 26% admitiram baixos níveis de conhecimento financeiro;

Comportamento: a média das questões sobre comportamento foi de 5,3 pontos (de 9 possíveis) tanto entre a totalidade dos países quanto entre os 12 membros, o que representa 59% de atingimento. As questões sobre comportamento envolvem temáticas como poupança, planejamento de longo prazo e controle financeiro;

Atitude: a média obtida foi de 60% (3 pontos dos 5 possíveis);

(v) O conhecimento sobre produtos financeiros é relativamente alto entre os países pesquisados: mais de 83% dos adultos afirmaram, por exemplo, conhecerem pelo menos 5 diferentes produtos financeiros. O seu uso, contudo, não seguiu a mesma linha, uma vez que apenas 46% afirmaram terem utilizado algum produto financeiro no último ano;

(vi) Seguros correspondem aos produtos financeiros menos utilizados pela amostra, com 37,3% de uso entre os adultos;

(vii) Cerca de 28% dos adultos pesquisados possuem reservas financeiras equivalentes a apenas uma semana de custo de vida. Outros 25% possuem reservas equivalentes a um mês. Ao passo que apenas 15% entre três e seis meses. Acima de 6 meses, 18% dos entrevistados.

(viii) Ainda referente à pergunta anterior, 14% dos adultos entrevistados informaram não saber quanto possuem em reservas ou qual seria o seu custo de vida, o que, de acordo com a OCDE, demonstra um grande despreparo financeiro;

(ix) 4% dos adultos entrevistados informaram terem sido vítimas de algum tipo de fraude ou de serviços de baixa qualidade, gerando perdas financeiras;

(x) Preocupações envolvendo condições financeiras são bastante comuns: cerca de 40% dos entrevistados revelaram preocupação com suas finanças. Enquanto outros 37% afirmaram estarem apenas sobrevivendo financeiramente;

(xi) Metade dos entrevistados informou que sua situação financeira não contribuiu para o seu bem-estar. Pelo contrário, a situação financeira seria motivo de estresse e preocupações;

(xii) Indivíduos na faixa etária de 18 a 29 anos apresentaram um nível de alfabetização financeira mais baixo quando comparado com indivíduos entre 30 e 59 anos;

(xiii) Indivíduos com reservas equivalentes a mais de três meses do seu custo de vida apresentam maiores índices de alfabetização financeira.

A tabela abaixo detalha as notas, por frente (alfabetização, conhecimento e comportamento) e por país. Em cada frente, a pontuação máxima possível de ser atingida é sete, totalizando a pontuação máxima possível de 21 pontos para o índice de alfabetização.

Tabela 2 – Índice de alfabetização financeira e número de entrevistados, por país

País	Entrev.	Alfabetização	Conhecimento	Comportamento	Atitude
Hong Kong	1.002	14,8	6,2	5,8	2,9
Eslovênia	1.019	14,7	4,8	6,3	3,6
Áustria	1.418	14,4	5,3	6,0	3,1
Alemanha	1.003	13,9	5,2	5,7	3,1
Estônia	1.005	13,3	4,9	5,3	3,1
Indonésia	1.000	13,3	3,7	6,3	3,3
Polônia	1.000	13,1	5,0	5,5	2,6
Portugal	1.480	13,1	4,0	5,9	3,2
República	1.003	13,0	4,5	5,3	3,1

Tcheca					
Coréia do Sul	2.400	13,0	4,6	5,4	3,1
Moldávia	1.074	12,6	4,0	5,5	3,1
Malásia	2.818	12,5	3,7	6,1	2,7
Rússia	83.478	12,5	4,8	4,9	2,8
Croácia	1.079	12,3	4,5	5,0	2,8
Bulgária	1.047	12,3	4,1	5,3	2,9
Hungria	1.001	12,3	4,6	4,5	3,3
Geórgia	1.056	12,1	4,5	5,1	2,5
Peru	1.205	12,1	4,1	5,1	2,9
Macedônia	1.076	11,8	3,9	5,1	2,8
Montenegro	1.030	11,5	4,1	4,7	2,6
Colômbia	1.200	11,2	3,8	4,8	2,6
Romênia	1.060	11,2	3,5	5,0	2,7
Itália	2.036	11,1	3,9	4,2	3,0
França ¹	2.155	-	4,8	-	-
Malta ²	1.013	10,3	2,2	5,2	2,8
Tailândia ³	11.129	-	3,9	-	3,9
Média Geral	-	12,7	4,4	5,3	3,0
Países OCDE	-	13,0	4,6	5,3	3,1

(1) França obteve dados apenas sobre conhecimento financeiro

(1) Malta fez menos perguntas do que o recomendado em conhecimento e comportamento, de modo que seus dados não comparáveis

(2) Tailândia utilizou uma versão dos questionários veiculada em 2015, de modo que seus dados não são comparáveis.

Fonte: OCDE, 2020.

As pontuações obtidas pelos países indicam que não necessariamente as frentes caminham juntas. Países com um alto nível de conhecimento, como Hong Kong, por exemplo, não necessariamente refletem as maiores notas em comportamento. Em outro extremo há a Indonésia, por exemplo, com alto nível de comportamento e baixíssimo nível de conhecimento.

Áustria	73,4	89,0	78,6	49,0	91,7	88,9	61,3
Bulgária	51,7	71,5	52,7	30,3	76,5	78,6	45,4
Colômbia ¹	49,7	93,4	10,7	1,8	84,3	86,9	57,3
Croácia	60,8	89,3	63,7	24,4	74,7	76,4	65,0
República Tcheca	71,9	84,0	50,4	21,0	78,1	80,2	69,0
Estônia	81,9	84,4	66,4	36,7	77,5	86,1	61,7
França	55,9	87,8	64,9	33,6	80,4	79,2	74,3
Geórgia	75,9	88,7	43,5	23,6	79,3	87,4	54,2
Alemanha	85,9	91,5	62,6	40,0	80,2	85,2	70,8
Hong Kong, China	84,3	98,9	95,9	71,1	93,3	94,3	79,7
Hungria	66,8	90,4	55,9	18,3	81,2	84,7	61,6
Indonésia	45,7	70,2	47,7	12,2	75,3	76,0	45,1
Itália	50,5	78,2	59,4	23,1	64,7	65,1	51,3
Coréia do Sul	60,5	89,6	62,6	25,9	79,9	76,9	64,7
Malásia	35,7	56,1	42,9	24,8	77,6	76,5	52,1
Malta ²	14,7	92,8	89,7	26,7	-	-	-
Moldávia	67,5	80,0	43,5	14,2	74,4	68,2	54,6
Montenegro	61,4	87,4	65,8	13,9	75,9	70,4	35,9
Peru ¹	55,2	92,5	21,5	6,3	82,6	85,7	62,0
Polônia	60,8	72,9	44,8	12,3	68,6	78,2	55,1
Portugal	55,8	87,4	42,6	19,8	72,0	74,7	45,1
Macedônia	60,8	72,9	44,8	12,3	68,6	78,2	55,1
Romênia	36,9	76,5	41,3	14,3	64,9	65,2	46,2
Rússia	65,4	91,5	74,2	35,0	77,1	68,4	69,4
Eslovênia	72,7	85,1	60,5	39,3	71,7	80,5	71,3
Tailândia ³	55,0	77,1	71,4	29,1	59,2	53,2	47,3
Média Geral	59,9	84,4	57,1	26,3	77,1	78,0	58,9
Países OCDE	65,5	87,4	57,2	28,8	79,0	80,9	63,3

(1) Colômbia e Peru modificaram a questão envolvendo juros pagos em empréstimos, o que pode superestimar as respostas obtidas nos dois países;

- (2) Malta fez apenas 4 questões, tendo sido desconsiderada no cálculo das médias
- (3) Tailândia utilizou uma versão do questionário veiculada em 2015, o que pode superestimar as respostas obtidas em algumas questões.

Fonte: OCDE, 2020.

No somatório geral, Hong Kong obteve a maior nota em conhecimento financeiro, com 6,2 questões respondidas corretamente entre os entrevistados. Seguida por Áustria e Alemanha, com 5,3 e 5,2 acertos, respectivamente. O menor número de acertos foi observado na Romênia (média de 3,5 acertos).

Tabela 4 – Notas em conhecimento financeiro, por país

País	Nota (máximo 7)
Hong Kong, China	6,2
Áustria	5,3
Alemanha	5,2
Polônia	5,0
Estônia	4,9
França	4,8
Rússia	4,8
Eslovênia	4,8
Hungria	4,6
Coréia do Sul	4,6
República Tcheca	4,5
Geórgia	4,5
Croácia	4,5
Bulgária	4,1
Montenegro	4,1
Peru	4,1
Portugal	4,0
Moldávia	4,0
Itália	3,9
Macedônia	3,9
Tailândia	3,9
Colômbia	3,8
Malásia	3,7
Indonésia	3,7
Romênia	3,5
Malta ¹	2,2

Média Geral	4,4
Média países OCDE	4,6

(1) Malta fez apenas 4 questões, não tendo sido considerada no cálculo das médias

Fonte: OCDE, 2020

2.2.3. Questionário OCDE sobre conhecimento financeiro

Na pesquisa efetuada em 2020 pela OCDE, a qual visava medir o nível de alfabetização financeira de 26 países distribuídos entre Ásia, Europa e América Latina, foram feitas sete questões com o objetivo de medir o conhecimento financeiro dos indivíduos. O nível de conhecimento financeiro é um dos três pilares defendidos pela OCDE como capazes de analisar o nível de alfabetização financeira das populações. A seguir, há o detalhamento dessas sete questões (OCDE, 2018):

I - Cinco irmãos receberão, daqui um ano, a quantia de R\$ 1.000,00 para ser dividida entre todos. Considerando uma inflação de 8%, em um ano eles poderão comprar:

- (a) Mais do que poderiam, com a sua parcela, ter comprado hoje;
- (b) O mesmo que poderiam, com sua parcela, ter comprado hoje;
- (c) Menos do que poderiam, com sua parcela, ter comprado hoje;
- (d) Outro.

II - Você empresta R\$ 25,00 para um amigo em uma noite. No dia seguinte, ele devolve R\$ 25,00. Qual o valor do juros pago nesse empréstimo?

Questão aberta

III - Imagine que alguém investe R\$ 100,00 na poupança, com uma taxa de juros de 2% ao ano. Caso não sejam feitos outros aportes e saques, qual será o valor do investimento ao final do primeiro ano?

Questão aberta

IV - Ainda sobre a questão anterior, quanto haverá aplicado ao final de 5 anos?

- (a) Mais de R\$ 110,00

- (b) Exatos R\$ 110,00
- (c) Menos de R\$ 110,00
- (d) Não é possível afirmar com os dados compartilhados

V - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“É provável que um investimento com alto retorno também tenha alto risco”

VI - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“Alta inflação significa que o custo de vida está crescendo rapidamente”

VII - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“É possível reduzir o risco de investir na bolsa de valores comprando uma grande variedade de ações”

2.2.4. Conhecimento financeiro na América Latina

Em um relatório publicado em 2013, a OCDE traz dados sobre o nível de conhecimento financeiro nos países da América Latina. A organização destaca que, apesar de não haver pesquisas comparáveis na região, um grande conjunto de informações permite identificar alguns padrões a respeito do nível de conhecimento financeiro entre os países. São eles:

- (i) Menos da metade dos entrevistados em cada país, com exceção do Chile, entende o conceito de taxa de juros e é capaz de realizar cálculos sobre juros simples e compostos;
- (ii) Menos da metade dos entrevistados também é capaz de compreender o conceito de inflação, bem como calcular a variação no poder de compra ao longo do tempo;
- (iii) Ainda, menos da metade da amostra entende a relação entre risco e retorno, além da importância da diversificação;
- (iv) No Brasil e Peru, entre 70% e 80% dos entrevistados informaram acompanhar e controlar seus gastos financeiros;

(v) A maioria dos entrevistados, em todos os países, indicou não possuir previdência privada;

3. METODOLOGIA

O presente capítulo visa detalhar todo o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa, descrevendo os procedimentos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos pré-estabelecidos. Em um primeiro momento, é desenhado um breve perfil da população pesquisada e, na sequência, são definidos: tipo de pesquisa, amostra e procedimentos para coleta e análise dos dados.

3.1. População pesquisada

O estudo teve como população foco os alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense do Campus de Volta Redonda.

O desenvolvimento do Campus de Volta Redonda remete ao ano de 2003, quando a Universidade Federal Fluminense (UFF) passou a compor o programa de interiorização das universidades públicas, liderado pelo Governo Federal. Tal programa tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento de regiões interioranas e desconcentrar a presença de universidades em centros urbanos. No caso da UFF, o objetivo era ampliar o espaço público de formação superior na região do médio Vale do Paraíba Fluminense (UFF, 2021)

Em 2004 mais um passo foi dado quando, em convênio com o MEC, foram definidas as diretrizes norteadoras do modelo regional de ensino pretendido:

- (i) Foco em questões regionais;
- (ii) Desenvolvimento de projetos pedagógicos adequados à demanda regional;
- (iii) Sólidas parcerias com representantes da comunidade, estudantes, profissionais liberais, entre outros;
- (iv) Claras definições entre poderes públicos na implantação e manutenção da infraestrutura física e de recursos humanos.

Na sequência, em 2006, foi criada a Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (posterior Instituto de Ciências Humanas e Sociais), que contou, em um primeiro momento, com o curso de graduação em Administração. Em 2009, por sua vez, foi criado o curso de Ciências Contábeis (UFF, 2021).

A graduação em Ciências Contábeis, população foco do estudo, conta com cerca de 40 ingressantes ao ano e quatro anos de curso. Sua grade apresenta ao menos duas matérias que tratam de conceitos básicos de finanças, sendo elas: matemática financeira, ofertada no terceiro período do curso, e administração financeira, ofertada no quinto período.

3.2. Tipo de pesquisa

Pode-se entender a pesquisa como de natureza básica, descritiva e de levantamento. Para Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

O levantamento, por sua vez, pode ser entendido como a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas a respeito do problema estudado para, na sequência, por meio de análise quantitativa, obter-se as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2002).

O método quantitativo, vale destacar, utiliza diferentes técnicas estatísticas para quantificar e analisar opiniões e informações a respeito de determinado estudo. Por meio do método quantitativo é possível, ainda, medir a relação entre variáveis (GALVÃO, PLUYE & RICARTE, 2018).

Inicialmente, foi desenvolvido um referencial teórico baseado na revisão de literatura, trazendo o histórico e as principais definições e classificações a respeito da educação financeira. Na sequência, serão detalhados os procedimentos definidos para obtenção dos dados.

3.3. Amostra e procedimento para coleta dos dados

A pesquisa teve como amostra 26 alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense. A coleta dos dados foi efetuada de forma aleatória, por meio de questionário digital enviado a todos os alunos. Inicialmente, buscou-se identificar o perfil dos respondentes por meio de questões relacionadas a variáveis socioeconômicas e demográficas: gênero, idade, estado civil, dependentes, raça, ocupação e renda.

Na sequência, a fim de avaliar o conhecimento financeiro dos alunos, foi aplicado o formulário desenvolvido pela OCDE, composto por sete perguntas. As perguntas abertas do questionário foram adaptadas, passando a conter alternativas.

Cada uma das questões recebeu a pontuação 1 (um) quando respondida corretamente e zero quando a resposta for a errada. Desse modo, a pontuação máxima é 7 (sete), quando o indivíduo acerta todas as questões, e zero, quando não há acertos.

Para a análise dos dados coletados, foram utilizadas estatísticas descritivas e técnicas de análise multivariada, estas aplicadas através do software SPSS 17.0®. Por meio da estatística descritiva, foram analisadas as variáveis socioeconômicas e demográficas, a fim de caracterizar a amostra. Já, a fim de compreender a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no nível de conhecimento financeiro básico, foi realizada uma análise de regressão linear múltipla.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sequência, são apresentadas tanto a análise descritiva dos resultados quanto a análise associada a técnicas multivariadas.

4.1 Análise descritiva

A amostra final foi composta por 26 estudantes do curso de Ciências Contábeis. A maior parcela pertence ao sexo masculino (54%), é solteira (88%) e se encontra nas faixas entre 18 a 21 anos (38%) e 22 a 25 anos (38%). Em sua quase totalidade, a amostra não possui dependentes financeiros (96%), com 58% se identificando como branco, 27% como pardo, 12% como afrodescendente e 4% como amarelo. Por fim, no que tange a renda, 73% afirmam receber até 2 salários-mínimos, 19% de 3 a 5 salários-mínimos e 8% de 6 a 10 salários-mínimos. Ninguém alegou receber acima de 10 salários.

Em relação às questões envolvendo conhecimento financeiro, foram atribuídos os valores de 1 e 0 para respostas corretas e incorretas, respectivamente. Dessa forma, a maior nota a ser atingida por um respondente seria 7 e a menor nota seria 0. O apêndice B indica a frequência de respostas corretas e incorretas, por questão.

As questões dois e três, sobre juros em empréstimos e juros simples, tiveram 100% de acerto, indicando que os estudantes possuem um bom conhecimento sobre o assunto. Em contrapartida, a questão que obteve o menor número de acertos foi a sobre juros compostos, com 69% de respostas corretas.

Apesar de se tratar de uma amostra bastante equilibrada no que tange o gênero, com 54% de homens e 46% de mulheres, o percentual de acerto foi bem distinto: com 93% de acerto entre os homens e 81% entre as mulheres. Quando observamos o estado civil, em contrapartida, não há grandes discrepâncias entre solteiros e casados, os quais possuem 88% e 86% de nível de acerto, respectivamente.

Entre as idades de 18 a 29 anos, os percentuais de acerto também foram similares: níveis de 86% e 87% entre as faixas definidas na pesquisa. Contudo, para 30 anos ou mais o nível de acerto se mostrou superior, na casa de 95%, indicando uma maior atenção às finanças a partir dessa idade.

O nível de acerto foi levemente superior entre brancos, com uma média de 89%, versus 84% e 86% entre pardos e afrodescendentes. No que tange a renda, por fim, a média de acertos se mostrou maior entre aqueles que possuem renda acima de 3 salários-mínimos (94% de acerto versus 85% para quem recebe até 2 salários-mínimos).

No geral, a média de acerto do grupo foi de 87%, o equivalente a 6,12 questões. Se trata de um percentual consideravelmente mais alto do que aquele levantado pela OCDE, seja no geral ou apenas entre países-membros: médias de 62% e 66% respectivamente. Tal variação pode ser explicada pelo fato da pesquisa encabeçada pela OCDE considerar toda a população adulta, com nível superior ou não. O presente estudo, por outro lado, focou em indivíduos cursando ensino superior. Por fim, o desvio-padrão da amostra foi de 15,84 pontos percentuais, o que equivale a 1,11 questões.

A análise do percentual de acertos por questão também indica um número acima daquele observado nos países pesquisados pela OCDE. Apenas a questão envolvendo conhecimentos sobre inflação obteve um percentual de acerto próximo, no caso de países-membros: 80,9% entre os países pesquisados versus 80,8% entre os alunos respondentes.

Tabela 5 – Nível de acerto, por questão

Questões	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Questão 5	Questão 6	Questão 7
Alunos	88%	100%	100%	69%	96%	81%	77%
Geral OCDE	51%	84%	57%	26%	77%	78%	59%
Países OCDE	66%	87%	57%	29%	79%	81%	63%

Fonte: autor

4.2 Análise multivariada

Visando compreender a influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no nível de conhecimento financeiro dos alunos, foi feita uma análise de regressão linear

múltipla, via Mínimos Quadrados Ordinários. Foram consideradas como variáveis independentes: gênero, idade, raça e renda. Os dados sobre estado civil e dependentes foram desconsiderados tendo em vista a homogeneidade das respostas, com praticamente todos os respondentes se identificando como solteiros e sem dependentes (95%). A variável dependente testada foi o nível de acerto nas questões sobre conhecimento financeiro do questionário aplicado. Os resultados se encontram abaixo:

Tabela 6 – Resultados da regressão múltipla

Variável	Coefficiente (Beta)	Significância (p)
Gênero	-0,417	0,049
Faixa etária	0,145	0,508
Raça	0,135	0,523
Renda	0,167	0,428

Fonte: autor

No que tange os pré-requisitos do modelo, foram encontrados níveis baixos de correlação entre as variáveis independentes. Tal fato também se confirma pelos fatores de inflação da variância (VIF) próximos à 1 e pelos níveis de tolerância maiores que 0,1, indicando a ausência de problemas com multicolinearidade. O teste de *Durbin Watson*, por sua vez, apresentou um índice de 1,528, indicando que há independência entre os resíduos da amostra.

Tabela 7 – Tolerância e fatores de inflação da variância (VIF)

Variável	Tolerância	VIF
Gênero	0,927	1,079
Faixa etária	0,802	1,247
Raça	0,854	1,170
Renda	0,864	1,157

Fonte: autor

Ainda verificando pré-requisitos, identificamos dentro das estatísticas de resíduos padronizados, valores dentro das faixas aceitáveis para inexistência de *outliers*, conforme tabela abaixo:

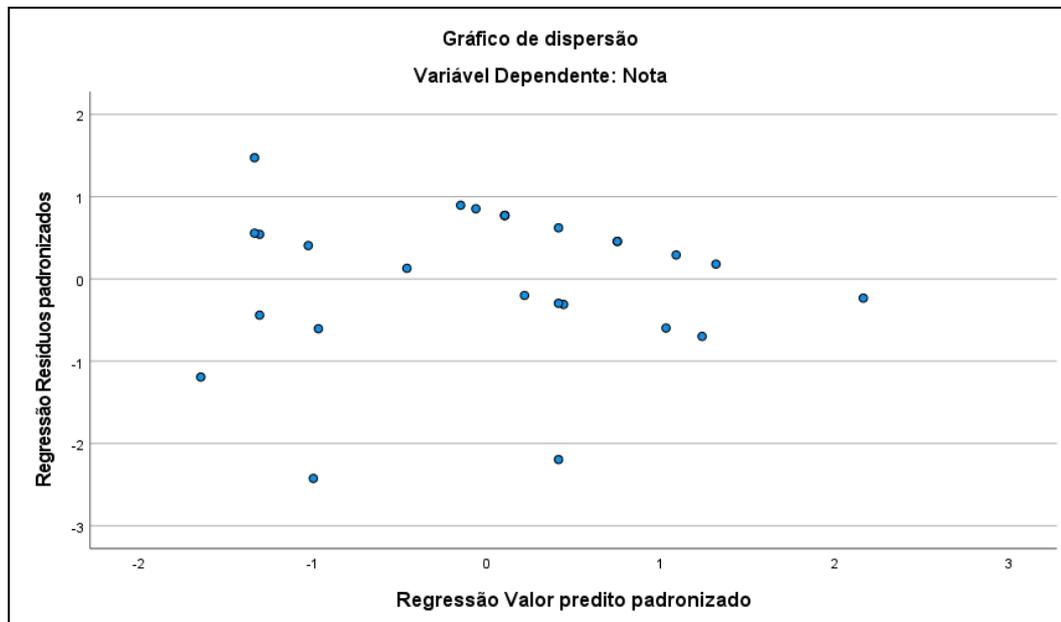
Tabela 8 – Estatísticas de resíduos

	Mínimo	Máximo
Erro valor previsto	-1,642	2,166
Erro resíduo	-2,425	1,474

Fonte: autor

Por fim, pelo gráfico de dispersão abaixo, é possível avaliar a presença de homoscedasticidade. Ou seja, os resíduos da amostra são constantes.

Gráfico 1 – Dispersão dos resíduos

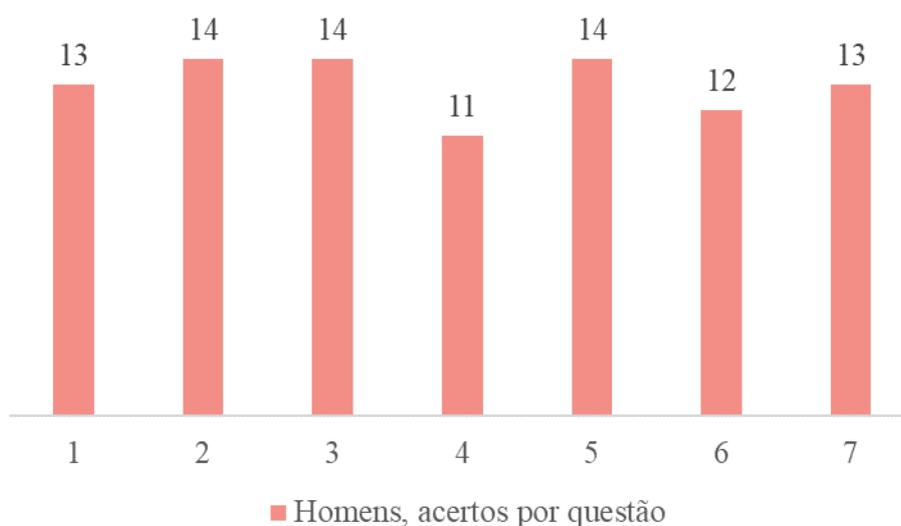


Fonte: SPSS

Sobre os resultados do modelo, este apresenta um R^2 ajustado de 0,072. Ou seja, ao considerarmos as variáveis independentes em conjunto (gênero, faixa etária, raça e renda), conseguimos explicar apenas 7,2% da variável dependente (nível de acerto).

A análise tanto dos coeficientes quanto do nível de significância das variáveis (p), por sua vez, indica um baixo nível de relevância para as variáveis faixa etária, raça e renda (tabela 6). Ou seja, não é possível afirmar, de forma significativa, sua influência no nível de acerto dos alunos. A variável gênero, em contrapartida, apresenta um valor de p 0,049, considerado relevante. Ou seja, existe influência do fator gênero no nível de acerto dos alunos. Os gráficos abaixo trazem um comparativo entre as distribuições das notas de homens e mulheres. Os comparativos para as demais variáveis independentes se encontram no apêndice C.

Gráfico 2 – Acertos de homens, por questão



Fonte: autor

Gráfico 3 – Acertos de mulheres, por questão

Fonte: autor

Tendo em vista o R^2 ajustado de 0,072 e os baixos níveis de relevância ($p > 0,05$) para três das quatro variáveis independentes analisadas, pode-se classificar a amostra como inconclusiva. Tal fato poderia ser justificado tanto pelo tamanho amostral reduzido (26 respondentes) quanto pela baixa variabilidade do nível de acerto, com um desvio padrão de 1,11 questões.

Uma possível solução para a problemática seria tanto a expansão da amostra, através de nova pesquisa, quanto a aplicação de técnicas de reamostragem, como o procedimento *Bootstrap*, por exemplo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a importância da saúde financeira na garantia do bem-estar dos indivíduos. E a capacidade de tomar decisões financeiras fundamentadas e com segurança, de modo a gerir, poupar e investir os recursos, é parte fundamental desse processo.

Países e governos tomaram ciência da importância do tema em diferentes momentos de sua história. Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, por exemplo, tiveram seus primeiros esforços em torno da promoção da educação financeira em um contexto de reformulação de seus sistemas previdenciários. Já o Brasil, por outro lado, constatou a importância do tema em um contexto de instabilidade econômica seguido pela aplicação do Plano Real.

As ações visando promover a educação financeira no Brasil ainda seguem encabeçadas, majoritariamente, por órgãos governamentais e reguladores. Merecem destaque, por exemplo, o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), federações e associações bancárias, além da própria Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Há, nesse contexto, um grande espaço para atuação do setor privado.

Ainda no campo governamental e regulatório, cabe enfatizar a recente inclusão da educação financeira como Tema Contemporâneo Transversal (TCT) na Base Nacional Comum Curricular, mais uma evidência da importância da educação financeira na formação do indivíduo.

Os esforços acima citados em busca da propagação do conhecimento financeiro esbarram na definição de conceitos e estudos sobre o tema. Nesse contexto, entidades como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) também se voltaram para o tema. Em 2008, foi criado o *International Network on Financial Education* (INFE) visando justamente facilitar a troca de experiências, conhecimentos e dados sobre educação financeira no mundo.

A falta de padrões na medição dos níveis de alfabetização financeira entre os países fez com que a OCDE e o INFE criassem seu instrumento próprio de medição. O índice desenvolvido entende a alfabetização financeira por três frentes: conhecimento financeiro, comportamento financeiro e atitude financeira.

O estudo apresentado visou medir, com base no instrumento desenvolvido pela OCDE, o nível de conhecimento financeiro dos alunos de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Campus Volta Redonda. Posteriormente, também se buscou verificar a influência do perfil social e demográfico dos alunos no nível de conhecimento. A pesquisa, que teve seus dados coletados por meio de questionário digital, pode ser entendida como de natureza básica, descritiva e de levantamento. A amostra final contou com 26 respondentes e foi analisada tanto via estatística descritiva quanto via regressão múltipla.

O nível de acerto geral dos alunos foi de 87%, o que se mostrou bastante superior àquele verificado pela OCDE em sua mais recente pesquisa (62%). Tal variação pode ser explicada pelo fato da amostra da OCDE focar em toda a população adulta dos países, cursando ensino superior ou não.

A análise multivariada da amostra, feita através de regressão linear múltipla, apresentou um R^2 de 0,072. Ou seja, as variáveis sociais e demográficas analisadas (gênero, idade, raça e renda) foram capazes de explicar apenas 7,2% dos níveis de acerto. A posterior análise dos coeficientes e valor de p indicou que, para a amostra estudada, apenas a variável gênero apresentou algum nível de relevância na explicação dos dados.

Os resultados acima podem ter sido influenciados por dois fenômenos: tamanho amostral reduzido e baixa variabilidade no nível de acerto, tendo em vista que o desvio padrão foi de 1,11 questões. Sugere-se para estudos futuros tanto a expansão da amostra quanto a aplicação de métodos de reamostragem. Dessa forma será possível obter resultados mais conclusivos.

Ademais, também se sugere a expansão da pesquisa, passando a medir não apenas o nível de conhecimento financeiro dos alunos, mas também as duas outras frentes defendidas pela OCDE: comportamento e atitude financeira. Dessa forma será possível (i) compreender todo o cenário capaz de influenciar a alfabetização financeira dos alunos; e (ii) direcionar de maneira mais efetiva ações necessárias para garantir melhores níveis de educação financeira.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVARD, S.; MANTON, E.; ENGLISH, D. *et al.* The Financial Knowledge of college freshmen. *College Student Journal*, v. 39, Alabama. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS – ANBIMA. Educar. Disponível em: < https://www.anbima.com.br/pt_br/educar/educar.htm >. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

BERNHEIM, D.; GARRET, D.; MAKI, D. Education and saving: the long-term effects of High School financial curriculum mandates. National Bureau of Economic Research. 1997.

BONIM, M. Projeto de vida: educação financeira como proposta à inclusão social. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.3. 2021.

BORTOLUZZI, D.; BOLIGON, J.; HOLLVEG S. *et al.* Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Perspectiva*, v. 39, Erechim. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018.

CHAVES, M. Educação financeira e inadimplência no Brasil. *Observatorio de la Economia Latinoamericana*, n. 206. 2015.

CHEN, H.; VOLPE, R. An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, vol. 7. 1998.

CRESWELL, J. *Research Design: qualitative, quantitative and mixed method approaches*. 4ª Edição. Thousand Oaks: Sage. 2014.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CVM Educacional. Disponível em: < <https://cursos.cvm.gov.br/> >. Acesso em: 30 de setembro de 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. São Paulo. 2020.

CORDEIRO, N.; COSTA, M.; SILVA, M. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*. São Paulo, v. 5, n. 1. 2018.

GIORDANO, C.; ASSIS, M.; COUTINHO, C. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista de Educação, Matemática e Tecnologia*, v. 10, n. 3. 2019.

GALVÃO, M.; PLUYE, P.; RICARTE, IVAN. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *InCID. Ribeirão Preto*, v. 8, n. 2. 2018.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and Beyond. The World Bank. 2005.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Institucional. Disponível em: < <http://ichs.sites.uff.br/sobre-o-ichs/> >. Acesso em: 4 de dezembro de 2021.

- JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for Survival: An analysis of financial literacy programs for lower-income families. Woodstock Institute. 2000.
- LIMA, R.; FIGUEIREDO, F.; VENTURA, R. *et al.* Educação orçamentária familiar: uma ferramenta que promove o controle financeiro doméstico. Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC, ano 3, n. 4. 2016.
- LUCCI, C.; ZERRENNER, S.; VERRONE, M. *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. Seminários em Administração – FEA USP. São Paulo. 2006.
- MARTINS, J. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Fundamento. 2004.
- OCDE. 2020 International Survey of Adult Financial Literacy. 2020.
- OCDE. Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy. 2004.
- POTRICH, A.; VIEIRA, K.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Centro de estudos em Finanças (GVcef). 2017.
- SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 41. 2007.
- SOARES, R. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação. Repositório IPEA. 2001.
- WORTHINGTON, A. Predicting financial literacy in Australia. Financial Services Review, v. 15, n. 1. 2006.
- YIN, R. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICE A – Questionário aplicado

1ª PARTE: PERFIL DO ENTREVISTADO

I - Gênero:

Feminino Masculino Outro Prefiro não informar

II - Faixa etária:

18 a 21 anos 22 a 25 anos 26 a 29 anos 30 anos ou mais

III - Estado civil:

Solteiro(a) Casado(a) Divorciado(a) Viúvo(a)

IV - Dependentes:

Sim Não

V - Raça

Afrodescendente Indígena Amarelo Pardo Branco

VI – Renda (em salários-mínimos)

até 2 De 3 a 5 De 6 a 10 Acima de 10

2ª PARTE: CONHECIMENTO FINANCEIRO

I - Cinco irmãos receberão, daqui um ano, a quantia de R\$ 1.000,00 para ser dividida entre todos. Considerando uma inflação de 8%, em um ano eles poderão comprar:

- (a) Mais do que poderiam, com a sua parcela, ter comprado hoje;
- (b) O mesmo que poderiam, com sua parcela, ter comprado hoje;
- (c) Menos do que poderiam, com sua parcela, ter comprado hoje;
- (d) Outro.

II - Você empresta R\$ 25,00 para um amigo em uma noite. No dia seguinte, ele devolve R\$ 25,00. Qual o valor do juros pago nesse empréstimo?

- (a) 0% ao dia

(b) 100% ao dia

III - Imagine que alguém investe R\$ 100,00 na poupança, com uma taxa de juros de 2% ao ano. Caso não sejam feitos outros aportes e saques, qual será o valor do investimento ao final do primeiro ano?

(a) R\$ 100,00

(b) R\$ 102,00

(c) R\$ 200,00

IV - Ainda sobre a questão anterior, quanto haverá aplicado ao final de 5 anos?

(a) Mais de R\$ 110,00

(b) Exatos R\$ 110,00

(c) Menos de R\$ 110,00

(d) Não é possível afirmar com os dados compartilhados

V - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“É provável que um investimento com alto retorno também tenha alto risco”

() Verdadeiro () Falso

VI - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“Alta inflação significa que o custo de vida está crescendo rapidamente”

() Verdadeiro () Falso

VII - Indique se a afirmação abaixo é verdadeira ou falsa:

“É possível reduzir o risco de investir na bolsa de valores comprando uma grande variedade de ações”

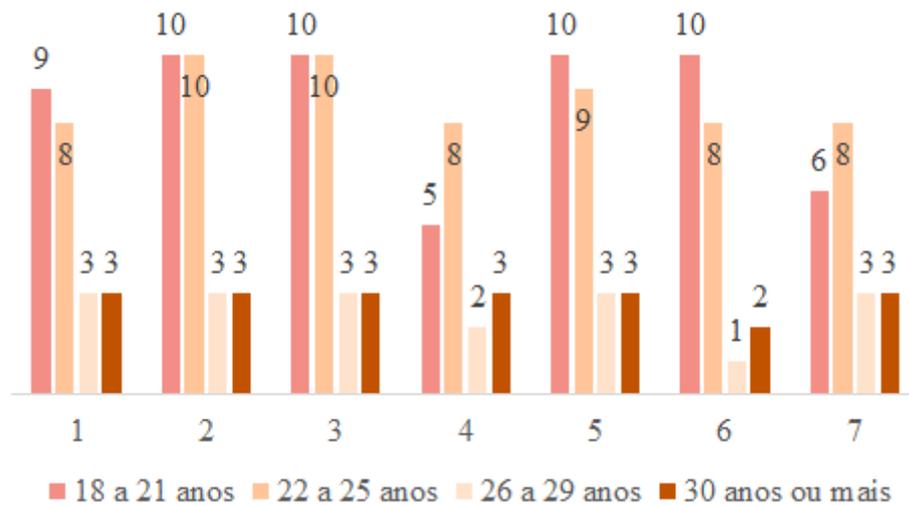
() Verdadeiro () Falso

APÊNDICE B – Frequência de respostas corretas, por questão

Entrevistados			Questões							
	Entrevistados	%	1	2	3	4	5	6	7	
Masculino	14	54%	Acertos	93%	100%	100%	79%	100%	86%	93%
Feminino	12	46%		83%	100%	100%	58%	92%	75%	58%
Total	26	100%		Total	88%	100%	100%	69%	96%	81%
18 a 21 anos	10	38%	Acertos	90%	100%	100%	50%	100%	100%	60%
22 a 25 anos	10	38%		80%	100%	100%	80%	90%	80%	80%
26 a 29 anos	3	12%		100%	100%	100%	67%	100%	33%	100%
30 anos ou mais	3	12%		100%	100%	100%	100%	100%	67%	100%
TOTAL	26		Total	88%	100%	100%	69%	96%	81%	77%
Branco	15	58%	Acertos	87%	100%	100%	73%	93%	80%	87%
Pardo	7	27%		86%	100%	100%	57%	100%	86%	57%
Afrodescendente	3	12%		100%	100%	100%	67%	100%	67%	67%
Amarelo	1	4%		100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
TOTAL	26		Total	88%	100%	100%	69%	96%	81%	77%
Até 2 salários-mínimos	19	73%	Acertos	84%	100%	100%	68%	95%	79%	68%
De 3 a 5 salários-mínimos	5	19%		100%	100%	100%	80%	100%	80%	100%
De 6 a 10 salários-mínimos	2	8%		100%	100%	100%	50%	100%	100%	100%
TOTAL	26	100%	Total	88%	100%	100%	69%	96%	81%	77%

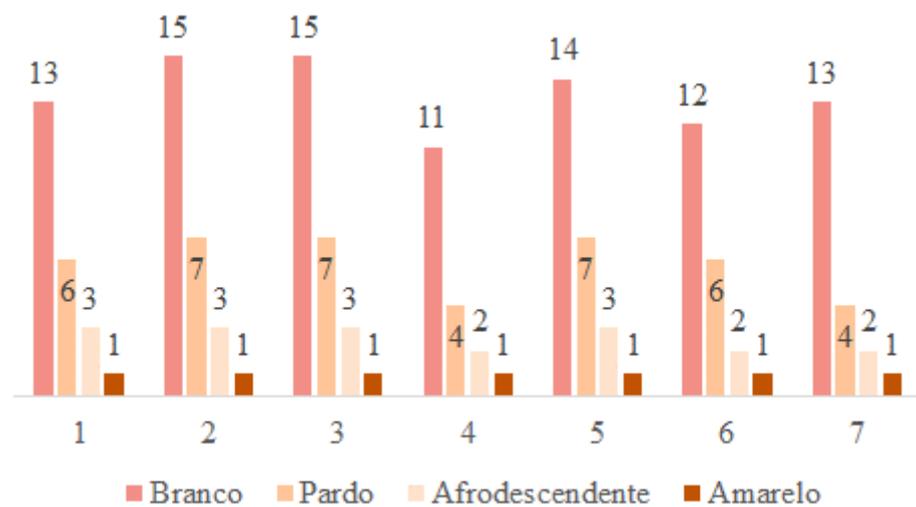
APÊNDICE C – Frequência de respostas corretas por questão, por variável independente

Gráfico 4 – Respostas corretas por idade, por questão



Fonte: autor

Gráfico 5 – Respostas corretas por raça, por questão



Fonte: autor

Gráfico 6 – Respostas corretas por renda, por questão



Fonte: autor

APÊNDICE D – Produto Técnico-Tecnológico

AMANDA BERGAMINI AUGUSTIN

NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E
OPORTUNIDADES DE MELHORA

Relatório técnico apresentado pela mestranda
Amanda Bergamini Augustin ao Mestrado
Profissional em Administração Pública em
Rede, sob orientação do docente Ivan Carlin
Passos como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em
Administração Pública

RESUMO

O cenário econômico vivenciado no Brasil ao longo da década de 90, marcado por altas taxas de inflação e instabilidade, bem como a sequente implantação do Plano Real evidenciaram a importância da educação financeira na sociedade brasileira. Tal importância passa não apenas pela necessidade de o indivíduo aprender a gerir sua renda, mas também aprender a poupar, evitar fraudes e altos níveis de endividamento. Diante desse contexto, o presente estudo analisou o nível de conhecimento financeiro básico dos alunos de graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense – Campus Volta Redonda, bem como verificou a influência de fatores sociais e demográficos no resultado. Os resultados indicaram uma possível influência do fator gênero no nível de conhecimento financeiro, havendo a necessidade de estudos posteriores tanto para comprovar tal influência quanto para verificar a influência de outros fatores sociais e demográficos, o que se mostrou inconclusivo na amostra analisada. Finalizado o diagnóstico, propõe-se a implantação de medidas visando garantir tanto um alto nível de conhecimento financeiro entre os alunos quanto a homogeneidade do conhecimento entre os diferentes perfis sociais e demográficos dos alunos. As medidas propostas passam por cursos sobre conceitos básicos em educação financeira bem como pela disponibilização de serviços de suporte e planejamento para alunos que se encontram na situação de inadimplência.

CONTEXTO

No início dos anos 90, a economia brasileira apresentava altas taxas de inflação, com aumento elevado no preço dos produtos e momentos de instabilidade. Foi apenas com a implantação do Plano Real, ao longo da década, que a estabilização econômica no país foi retomada. A população brasileira, então, pouco a pouco viu seu poder de consumo aumentar (LIMA *et al.*, 2016)

Com o aumento da estabilidade, a poupança e os ativos financeiros passam a ser valorizados em relação a bens reais, tais como móveis e terras. Trata-se de um processo lento, repleto de aprendizados, onde o indivíduo passa a adotar uma nova gestão financeira do seu patrimônio pessoal.

Nesse contexto, acesso ao crédito também foi ampliado (LIMA *et al.*, 2016). Segundo Soares (2001), o crédito a pessoas físicas, que antes do Plano Real apresentava uma participação constante — cerca de 2%, passou a compor 8% do crédito total concedido no país após 1994. A partir de 1999, houve outro salto, chegando a 15% do total.

No entanto, além do consumo das famílias, sozinho, não ser capaz de estimular a produção, tal medida também contribuiu para o aumento da inadimplência, pois a população não se encontrava preparada para dimensionar o nível de comprometimento de seu orçamento (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

Nesse contexto de valorização da poupança, aumento do crédito e endividamento entre os brasileiros, ganha destaque a importância da educação financeira, a qual foi definida por Savoia, Saito & Santana (2007) como:

Um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007, p. 1122)

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2004), a educação financeira é importante não apenas para auxiliar os indivíduos a orçar e gerir sua renda, mas também para poupar, investir e evitar que sofram fraudes.

Já segundo Lucci *et al.* (2006), a importância da educação financeira também pode ser vista sob a ótica do bem-estar pessoal, tendo em vista que as decisões financeiras tomadas por

jovens e adultos podem comprometer seu futuro. As consequências vão desde a desorganização das contas domésticas até a inclusão de dados em sistemas de proteção ao crédito, prejudicando tanto o consumo como, possivelmente, a vida profissional.

Tendo em vista o aumento da importância da educação financeira entre os jovens, adultos e governos, bem como sua capacidade de influenciar nas decisões futuras e bem-estar da população, o presente estudo visou compreender qual o nível de conhecimento financeiro básico dos alunos de graduação em Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense do campus de Volta Redonda – R.J. Além disso, também buscou entender a influência de características sociais e demográficas no nível de conhecimento.

Com tais dados em mãos, acredita-se ser possível direcionar os melhores esforços dentro da universidade de modo tanto a ampliar o conhecimento dentro de temas deficitários, apontados pela pesquisa, quanto a focar tais ações nas parcelas de alunos com notas abaixo da média.

A importância do estudo e das posteriores medidas adotadas advêm não apenas do impacto da educação financeira no bem-estar pessoal dos indivíduos, conforme levantado por Lucci *et al.* (2006), mas também vai de encontro ao preconizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que passou a incluir, a partir de 2020, a educação financeira como tema interdisciplinar.

PÚBLICO-ALVO

O estudo teve como população foco os alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense do Campus de Volta Redonda.

O desenvolvimento do Campus de Volta Redonda remete ao ano de 2003, quando a Universidade Federal Fluminense (UFF) passou a compor o programa de interiorização das universidades públicas, liderado pelo Governo Federal. Tal programa tinha como objetivo apoiar o desenvolvimento de regiões interioranas e desconcentrar a presença de universidades em centros urbanos. No caso da UFF, o objetivo era ampliar o espaço público de formação superior na região do médio Vale do Paraíba Fluminense (UFF, 2021)

Em 2004 mais um passo foi dado quando, em convênio com o MEC, foram definidas as diretrizes norteadoras do modelo regional de ensino pretendido:

- (i) Foco em questões regionais;
- (ii) Desenvolvimento de projetos pedagógicos adequados à demanda regional;
- (iii) Sólidas parcerias com representantes da comunidade, estudantes, profissionais liberais, entre outros;
- (iv) Claras definições entre poderes públicos na implantação e manutenção da infraestrutura física e de recursos humanos.

Na sequência, em 2006, foi criada a Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (posterior Instituto de Ciências Humanas e Sociais), que contou, em um primeiro momento, com o curso de graduação em Administração. Em 2009, por sua vez, foi criado o curso de Ciências Contábeis (UFF, 2021).

A graduação em Ciências Contábeis, população foco do estudo, conta com cerca de 40 ingressantes ao ano e quatro anos de curso. Sua grade apresenta ao menos duas matérias que tratam de conceitos básicos de finanças, sendo elas: matemática financeira, ofertada no terceiro período do curso, e administração financeira, ofertada no quinto período.

SITUAÇÃO-PROBLEMA

Em um relatório publicado em 2013, a OCDE traz dados sobre o nível de conhecimento financeiro nos países da América Latina. A organização destaca que, apesar de não haver pesquisas comparáveis na região, um grande conjunto de informações permite identificar alguns padrões a respeito do nível de conhecimento financeiro entre os países. São eles:

(i) Menos da metade dos entrevistados em cada país, com exceção do Chile, entende o conceito de taxa de juros e é capaz de realizar cálculos sobre juros simples e compostos;

(ii) Menos da metade dos entrevistados também é capaz de compreender o conceito de inflação, bem como calcular a variação no poder de compra ao longo do tempo;

(iii) Ainda, menos da metade da amostra entende a relação entre risco e retorno, além da importância da diversificação;

(iv) No Brasil e Peru, entre 70% e 80% dos entrevistados informaram acompanhar e controlar seus gastos financeiros;

(v) A maioria dos entrevistados, em todos os países, indicou não possuir previdência privada;

No Brasil, destacam-se, ainda, altos níveis de inadimplência. De acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, cerca de 66,3% das famílias brasileiras apresentavam algum tipo de endividamento, comparado com 65,6% em 2019. Também em 2020, 11,2% das famílias também alegaram não ter condições de pagar seus endividamentos (CNC, 2020).

O cenário descrito acima enfatiza a importância da adoção de medidas para educação financeira da população, pois “ninguém, qualquer que seja sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos” (MARTINS, 2004, p. 56).

OBJETIVOS DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A proposta de intervenção visa atuar frente às lacunas já identificadas e a identificar, em futuras pesquisas, a respeito do nível de conhecimento financeiro dos alunos de graduação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense - Campus Volta Redonda. O objetivo é tanto garantir um alto nível de conhecimento financeiro entre todos os alunos quanto um nível homogêneo, independente de características sociais e demográficas.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A amostra final foi composta por 26 estudantes do curso de Ciências Contábeis. A maior parcela pertence ao sexo masculino (54%), é solteira (88%) e se encontra nas faixas entre 18 a 21 anos (38%) e 22 a 25 anos (38%). Em sua quase totalidade, a amostra não possui dependentes financeiros (96%), com 58% se identificando como branco, 27% como pardo, 12% como afrodescendente e 4% como amarelo. Por fim, no que tange a renda, 73% afirmam receber até 2 salários-mínimos, 19% de 3 a 5 salários-mínimos e 8% de 6 a 10 salários-mínimos. Ninguém alegou receber acima de 10 salários.

Em relação às questões envolvendo conhecimento financeiro, foram atribuídos os valores de 1 e 0 para respostas corretas e incorretas, respectivamente. Dessa forma, a maior nota a ser atingida por um respondente seria 7 e a menor nota seria 0. O apêndice B indica a frequência de respostas corretas e incorretas, por questão.

As questões dois e três, sobre juros em empréstimos e juros simples, tiveram 100% de acerto, indicando que os estudantes possuem um bom conhecimento sobre o assunto. Em contrapartida, a questão que obteve o menor número de acertos foi a sobre juros compostos, com 69% de respostas corretas.

Apesar de se tratar de uma amostra bastante equilibrada no que tange o gênero, com 54% de homens e 46% de mulheres, o percentual de acerto foi bem distinto: com 93% de acerto entre os homens e 81% entre as mulheres. Quando observamos o estado civil, em contrapartida, não há grandes discrepâncias entre solteiros e casados, os quais possuem 88% e 86% de nível de acerto, respectivamente.

Entre as idades de 18 a 29 anos, os percentuais de acerto também foram similares: níveis de 86% e 87% entre as faixas definidas na pesquisa. Contudo, para 30 anos ou mais o nível de acerto se mostrou superior, na casa de 95%, indicando uma maior atenção às finanças a partir dessa idade.

O nível de acerto foi levemente superior entre brancos, com uma média de 89%, versus 84% e 86% entre pardos e afrodescendentes. No que tange a renda, por fim, a média de acertos se mostrou maior entre aqueles que possuem renda acima de 3 salários-mínimos (94% de acerto versus 85% para quem recebe até 2 salários-mínimos).

No geral, a média de acerto do grupo foi de 87%, o equivalente a 6,12 questões. Se trata de um percentual consideravelmente mais alto do que aquele levantado pela OCDE, seja no geral ou apenas entre países-membros: médias de 62% e 66% respectivamente. Tal variação pode ser explicada pelo fato da pesquisa encabeçada pela OCDE considerar toda a população adulta, com nível superior ou não. O presente estudo, por outro lado, focou em indivíduos cursando ensino superior. Por fim, o desvio-padrão da amostra foi de 15,84 pontos percentuais, o que equivale a 1,11 questões.

A análise do percentual de acertos por questão também indica um número acima daquele observado nos países pesquisados pela OCDE. Apenas a questão envolvendo conhecimentos sobre inflação obteve um percentual de acerto próximo, no caso de países-membros: 80,9% entre os países pesquisados versus 80,8% entre os alunos respondentes.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Uma vez diagnosticados tanto o nível de conhecimento financeiro dos alunos quanto identificados quais os fatores sociais e demográficos capazes de influenciar tal nível, propõe-se a adoção de medidas e programas dentro da universidade capazes de sanar tal deficiência. Tais programas devem garantir especial atenção aos grupos identificados como de menor nível de conhecimento financeiro, podendo, contudo, ser expandidos para toda a universidade e comunidade.

Dentre as ações, propõe-se a implementação de palestras e minicursos sobre conceitos-chave de educação financeira, com especial destaque àqueles identificados como de menor nível de acerto na pesquisa aplicada. Além disso, propõe-se a disponibilização de consultorias de planejamento financeiro àqueles que se encaixam no perfil de inadimplência.

Tais ações visam também fazer frente à lacuna identificada por Savoia, Saito e Santana (2007). Para os autores, são poucas no Brasil as iniciativas que possuem o público adulto como alvo. Além disso, as iniciativas existentes, quase em sua totalidade, são encabeçadas por órgãos reguladores e de suporte (SAVOIA, SAITO & SANTANA, 2007).

RESPONSÁVEL

Amanda Bergamini Augustin

Aluna do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da
Universidade Federal Fluminense – PROFIAP

augustin.amanda@gmail.com

REFERÊNCIAS

- AVARD, S.; MANTON, E.; ENGLISH, D. *et al.* The Financial Knowledge of college freshmen. *College Student Journal*, v. 39, Alabama. 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIROS E DE CAPITAIS – ANBIMA. Educar. Disponível em: < https://www.anbima.com.br/pt_br/educar/educar.htm >. Acesso em: 30 de setembro de 2021.
- BERNHEIM, D.; GARRET, D.; MAKI, D. Education and saving: the long-term effects of High School financial curriculum mandates. National Bureau of Economic Research. 1997.
- BONIM, M. Projeto de vida: educação financeira como proposta à inclusão social. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.3. 2021.
- BORTOLUZZI, D.; BOLIGON, J.; HOLLVEG S. *et al.* Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Perspectiva*, v. 39, Erechim. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2018.
- CHAVES, M. Educação financeira e inadimplência no Brasil. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, n. 206. 2015.
- CHEN, H.; VOLPE, R. An analysis of personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, vol. 7. 1998.
- CRESWELL, J. *Research Design: qualitative, quantitative and mixed method approaches*. 4ª Edição. Thousand Oaks: Sage. 2014.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. CVM Educacional. Disponível em: < <https://cursos.cvm.gov.br/> >. Acesso em: 30 de setembro de 2021.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor. São Paulo. 2020.
- CORDEIRO, N.; COSTA, M.; SILVA, M. Educação financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*. São Paulo, v. 5, n. 1. 2018.
- GIORDANO, C.; ASSIS, M.; COUTINHO, C. A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular. *Revista de Educação, Matemática e Tecnologia*, v. 10, n. 3. 2019.
- GALVÃO, M.; PLUYE, P.; RICARTE, IVAN. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *InCID*. Ribeirão Preto, v. 8, n. 2. 2018.
- HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and Beyond. The World Bank. 2005.
- INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Institucional. Disponível em: < <http://ichs.sites.uff.br/sobre-o-ichs/> >. Acesso em: 4 de dezembro de 2021.

- JACOB, K.; HUDSON, S.; BUSH, M. Tools for Survival: An analysis of financial literacy programs for lower-income families. Woodstock Institute. 2000.
- LIMA, R.; FIGUEIREDO, F.; VENTURA, R. *et al.* Educação orçamentária familiar: uma ferramenta que promove o controle financeiro doméstico. Caminho aberto – Revista de Extensão do IFSC, ano 3, n. 4. 2016.
- LUCCI, C.; ZERRENNER, S.; VERRONE, M. *et al.* A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. Seminários em Administração – FEA USP. São Paulo. 2006.
- MARTINS, J. Educação financeira ao alcance de todos. São Paulo: Fundamento. 2004.
- OCDE. 2020 International Survey of Adult Financial Literacy. 2020.
- OCDE. Questionnaire and guidance notes for conducting an internationally comparable survey of financial literacy. 2004.
- POTRICH, A.; VIEIRA, K.; KIRCH, G. Você é alfabetizado financeiramente? Centro de estudos em Finanças (GVcef). 2017.
- SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 41. 2007.
- SOARES, R. Evolução do Crédito de 1994 a 1999: uma explicação. Repositório IPEA. 2001.
- WORTHINGTON, A. Predicting financial literacy in Australia. Financial Services Review, v. 15, n. 1. 2006.
- YIN, R. Estudo de Caso: planejamento e métodos. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman. 2001.